



5. SOBRE COLONIALISMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DO AGRONEGÓCIO

SESSÃO - 03

*Frederico Daia Firmiano**

Resumo

Nosso texto é um esforço de reflexão sobre a subalternidade e o novo patamar da luta entre classes, grupos e povos na América Latina a partir do fenômeno e do conceito de colonialismo, nas suas formas contemporâneas intranacional, internacional e transnacional. Buscamos articular as considerações teóricas feitas por Pablo G. Casanova sobre o conceito de colonialismo e sua vitalidade no contexto da globalização das relações sociais à experiência brasileira recente da busca pela inserção na economia-mundo através das fronteiras abertas pelo complexo de atividades econômicas vinculadas à produção agro-industrial, o agronegócio, que se estende por todo o País. Ainda, fizemos uma breve exposição sobre as condições de trabalho nos canaviais do interior do estado de São Paulo e sobre a luta pela sobrevivência, física e espiritual, de povos indígenas na Amazônia, indicando, por fim, as bases da luta pela autonomia.

Palavras-chave: Globalização; colonialismo; América Latina; luta dos povos

Resumen

Nuestro texto es un esfuerzo para reflexionar sobre la subalternidad y el nuevo nivel de lucha entre clases, grupos y pueblos de América Latina con el fenómeno y el concepto del colonialismo, en sus formas contemporâneas intranacionales, internacionales y transnacionales. Tratamos de articular las consideraciones teóricas realizadas por Pablo G. Casanova en el concepto del colonialismo y su vitalidad en el contexto de la globalización de las relaciones sociales en la experiencia brasileña reciente de buscar la integración en la economía mundial a través de la apertura de las fronteras de las complejas actividades económicas vinculadas a la agroindustria, los agronegocios, que se extiende en todo el país. Sin embargo, nos hizo una breve exposición acerca de las condiciones de trabajo en las plantaciones de caña de azúcar en el estado de Sao Paulo y la lucha por la supervivencia, física y espiritual de los pueblos indígenas en la Amazonia, mostrando, por último, la base para la lucha por la autonomía.

Palabras clave: Globalización; colonialismo; América Latina; lucha de los pueblos

* Doutorando em Sociologia pela FCLar/Unesp; Professor Assistente junto a Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-Fesp/Uemg e junto a Universidade de Franca-Unifran.



Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Introdução: breves considerações sobre o colonialismo

Nos idos da década de 1930, José Carlos Mariátegui apresentou “... a referência civilizatória primária dos próprios povos indígenas da América e a referência histórica de sua destruição”¹, quando, não sem ironia, tratou dos “bons povos civis” e suas pretensões em “fazer o bem dos povos a eles submetidos”.

Em seus dizeres:

[...] os ingleses libertaram aos índios da ‘tirania’ dos raia, os alemães libertaram aos africanos da ‘tirania’ dos reis negros, os franceses libertaram os habitantes de Madagascar e, para fazê-los mais livres mataram a muitos, reduzindo a outros a um estado que só o nome não é escravidão: assim os italianos libertaram os árabes da opressão dos turcos².

Para Augusto Caccia-Bava, o intelectual socialista e revolucionário peruano traz em suas reflexões “... as referências históricas ontológicas para a compreensão do processo de dominação da América Latina, desde os tempos coloniais”, transitando da “... categoria de povos oprimidos (...) à presença concreta dos povos indígenas...”³. Mas o incrível, segundo esse autor, é a:

[...] correspondência do pensamento de Mariátegui, ao tratar da relação dos povos indígenas com os projetos políticos governamentais ou filantrópicos, com o início

do século XXI, quando se trata da presença desses povos como questão administrativa ou jurídica, entre outras [...]”⁴.

Em tempos de globalização, Pablo González Casanova refletiu o conteúdo das lutas pela emancipação na América Latina, reintroduzindo no debate o conceito de colonialismo interno. Em sua incursão, não faltou crítica a um certo tipo de marxismo.

“A hegemonia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos partidos comunistas do mundo deu às suas colocações sobre o problema um caráter paradigmático”. Subsumiram as lutas étnicas no interior dos Estados-nação perante “as lutas das nações contra o imperialismo, e a luta de classes no interior de cada nação e em nível mundial...”. Assim, as lutas nacionais somente ganharam sentido como parte da luta antiimperialista e da luta de classes. Na América Latina, prossegue o autor, quando a categoria integrou a reflexão sobre a construção democrática, “... sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado apareceu originalmente velada”⁵. E mais:

A história do colonialismo interno como categoria, e das discussões políticas a que deu lugar, mostraram suas piores dificuldades na compreensão da luta de classes e da luta pela libertação combinada em nível internacional e interno. As correntes ortodoxas opuseram-se durante muito tempo ao uso dessa categoria, optando pela definição dos termos da luta contra





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

o “semifeudalismo” e contra o trabalho servil, sem aceitar que, desde as origens do capitalismo, as formas de exploração colonial combinam o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado e que os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência⁶.

Importa ainda assinalar, junto com Pablo G. Casanova, que na base da recusa quanto a importância do conceito de colonialismo interno e na sua mistificação atuam cinco principais razões. Primeira, não se compreende que se trata de uma manifestação do desenvolvimento do capitalismo e, igualmente, não se enxerga os sujeitos que lutam a partir das etnias como parte dos trabalhadores, do movimento pela democracia e pelo socialismo. Segunda, não se associa à categoria a luta por um Estado multi-étnico, pelo poder de um Estado dos povos, construído a partir de suas referências políticas, ideológicas, culturais. Terceira, conduz-se, de um ponto de vista conservador, ao etnicismo e outras formas de balcanização e tribalização que tanto serviram para a perpetuação das diferenças e desigualdades no interior do Estado-nacional. “A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e

a luta antiimperialista, isola cada etnia e exalta sua identidade como forma de aumentar seu isolamento”. Quarta, abandona-se o colonialismo interno em nome da luta de classes. Quinta, o colonialismo interno é rechaçado sob o argumento, estrutural-funcionalista, de que se trata de uma problemática cultural a ser resolvida pela “modernização” e pela “integração nacional”⁷.

Na atualidade o fenômeno é radicalizado pelo processo de globalização, operando na sua forma clássica internacional, na forma interna (sobretudo nos países com história colonial que reproduzem ou reconstituem as relações de exploração daquele período com seus povos nativos) e na forma transnacional, seja por meio de empresas ou regiões:

À necessidade de reconhecer a enorme importância das lutas dos cidadãos contra o Estado tributário que fazia deles meros “sujeitos”, ou à necessidade de incluir as lutas dos trabalhadores contra os sistemas de exploração e dominação do capital, ou as dos povos colonizados e oprimidos que lutam pela independência soberana do Estado-nação frente ao imperialismo e o colonialismo internacional, acrescenta-se a crescente luta dos povos que, dentro de um Estado-nação, enfrentam os três tipos de colonialismo, o internacional, o intranacional e o transnacional⁸.

Brasil: colonialismo, violência e agro-negócio

Gandhi ao conceber a violência como tudo aquilo que pode impedir a





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

auto-realização individual, tanto na forma de atraso ao seu desenvolvimento, quanto no sentido da manutenção de sua estagnação, tratou da questão do colonialismo. Como explica Johan Galtung, para o pacifista “liberal” indiano, o processo colonial percorre três estágios. “Em sua primeira etapa o colonialismo simplesmente saqueia...”. Posteriormente, se estabelecem o comando militar e político. No entanto, ambas as condições “... não impede[m] as possibilidades de auto-realização, a menos, é claro, que ameace[m] a sobrevivência humana”. Por isso, é no terceiro estágio, aquele no qual se institui um ciclo econômico, que a violência se manifesta⁹.

As bases econômicas da produção local são destruídas, o que faz do colonialismo uma forma extrema de violência. Nessa etapa, o processo colonial se torna um instrumento político refinado que irrita os centros nervosos. Afeta a relação do ser humano com ele mesmo, ao interferir em suas relações com as mercadorias que usa. Não se trata apenas do fato de as máquinas se colocarem entre os homens e entre eles e as mercadorias; além disso, o ciclo econômico se estende ao redor do globo (...) Em seu terceiro estágio, o colonialismo feroz, com sua exploração e dependência, torna-se mais violento que nas etapas anteriores [...]¹⁰.

No Brasil, Maria Aparecida Moraes da Silva expõe os termos da experiência contemporânea do colonialismo e da violência a partir da configuração das relações produtivas do chamado agronegócio. Segundo a autora, hoje,

são poucas empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos, quais sejam, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow (sementes), além de Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus (cereais). A agricultura familiar, voltada para a sustentabilidade, emprego de mão-de-obra familiar, produção de alimentos e para a segurança alimentar está desaparecendo ou se integrando ao agronegócio perante as determinações destas empresas. Assim, está ocorrendo o fortalecimento de um modelo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-mediático, a partir do qual capitais financeiros, de fundos de pensões norte-americanos, investidores nacionais e internacionais, entre outros, passam a ser aplicados na agricultura¹¹.

Ao lado deste processo ocorre uma transformação em relação ao modelo capitalista inglês já refletido por Marx: ao invés da tríade constituída por trabalhadores, proprietários fundiários e capitalistas, estamos diante de uma díade constituída por capitalistas e trabalhadores, já que proprietários fundiários e capitalistas, agora, se fundem numa única pessoa. Junto com este, “... a alta do preço da terra é uma forma de garantir grandes lucros em função da especulação”. E, além disso, “... as fronteiras nacionais se romperam e, sucessivamente, os grandes capitais dominam grandes áreas de vários países, confirmando-se assim o sei cará-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

ter apátrida...”. Ainda, importa destacar que a internacionalização da propriedade da terra tem como corresponde a internacionalização de sua renda. No Brasil, o fato é demonstrado pela presença do capital internacional nas regiões do cerrado e da Amazônia, com a compra de terras. “Segundo levantamento do INCRA há 33.228 imóveis (0,64 do total) registrados como propriedades de estrangeiros. Estas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares...”. Do ponto de vista da análise marxiana da propriedade da terra, esta apropriação da terra pelo capital internacional é premissa para a continuação dos padrões atuais de acumulação engendrados pelas empresas transnacionais, levando-se em consideração tanto a valorização da terra quanto o conseqüente aumento de sua renda¹².

Nesse contexto, diz João Edmilson Fabrini, a irracionalidade capitalista contida na lógica do latifúndio brasileiro está, pois, combinada com a lógica racional e produtivista do agronegócio¹³. A empresa moderna transnacional, que integra o agronegócio brasileiro, combina relações de produção e de pesquisa científica contemporâneas com a violência e práticas de acumulação primitiva. Isso financiado pelo Estado, já que o agronegócio não é sustentável sem a intervenção estatal permanente¹⁴.

“São muitos os exemplos de violências de superexploração praticadas

por empresas do agronegócio apontados pela CPT...”. Os dados da entidade “... indicam que a acumulação capitalista ocorre também pelo estabelecimento de relações não ‘tipicamente’ capitalistas...”, quer dizer, não somente pela racionalidade da produção de mercadorias¹⁵.

Por isso, para nós, a violência integra a base do processo de acumulação capitalista através do modelo do agronegócio colonialista contemporâneo. Os dados da Comissão Pastoral da Terra corroboram nossa assertiva: em 2007, a CPT registrou 1946 casos de superexploração do trabalho e 5974 casos de trabalhadores libertados da condição de escravos. Em 2009, os dados parciais da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo, (conflitos por terra, por água e trabalhistas) registram, de janeiro a julho, 366 litígios, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, 6 casos de tortura e a prisão de 90 pessoas. Dos 366 casos de conflito, 246 foram por terra e envolveram 25.490 famílias, das quais, 393 foram expulsas da terra por ação de proprietários e jagunços e 4475 foram despejadas por ação da Justiça. No período de janeiro a junho do mesmo ano também foram registrados 95 casos de trabalho escravo, envolvendo 3180 pessoas, das quais, 88 menores, além de 2013 casos de trabalhadores libertos¹⁶.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Duas experiências, uma luta: trabalhadores rurais em São Paulo e povos indígenas na Amazônia

Tratando a questão da globalização da vida, o filósofo Franz Hinkelammert afirmou a presença da tortura entre nós. Apoiou sua argumentação em bases sólidas, nas palavras proferidas pelo general francês Massis durante a guerra da Argélia: “a tortura é eficaz; por conseguinte, necessária”. Depois, trouxe-nos a obra de Albrecht, ex-Primeiro Ministro do Estado da Baixa Saxônia (Niedersachsen) da Alemanha, onde afirma, contundente, que “por vezes” a tortura se justifica, como no caso de uma chantagem ameaçadora para a vida por parte de um terrorista preso; por fim, lembrou o depoimento de VanNatta, quando do encerramento de suas atividades junto a Superintendência de Camp Delta: “trata-se do ano mais importante que jamais vivi, porque estou convencido de que salvamos vidas”¹⁷.

O ensaísta nos revelou a lógica da tortura:

[...] o que é eficaz, por isso é necessário e bom. O que se pode fazer, deve-se fazer. Ademais, para saber o que se pode fazer há que fazê-lo. Ao não refletir para a além da ação meio-fim, apenas aparecem limites aceitáveis para a ação. A mística do progresso apaga todos os limites. Transforma-se no portador da eficácia¹⁸.

Entendemos que igualmente

ocorre com a força-de-trabalho: aplicada até seu limite é eficaz e, nessa lógica, necessária para atingir o fim a que veio. Nesses termos, a tortura praticada no campo de concentração em Guantánamo ou o trabalho no corte da cana-de-açúcar nos canaviais paulistas tem o mesmo fundamento, a mesma lógica. E é, novamente, Maria Aparecida de Moraes Silva quem demonstra.

Segundo a autora, a vida útil de um cortador de cana nos canaviais paulistas varia de 15 a 20 anos. Diz, ainda, que partir de 2004, exigiu-se uma produtividade entre 12 e 15 toneladas por trabalhador, por dia. Citando Rodolfo Vilela, a autora afirma que em 10 minutos um trabalhador corta cerca de 400 quilos de cana, deferindo 131 golpes de podão e fazendo 138 flexões de coluna. Isso em temperatura superior a 27° C. Nesse ritmo e intensidade de trabalho, a carga cardiovascular é acima de 40%, podendo, os batimentos cardíacos, chegarem a cerca de 200 por minuto. Nesse contexto, para além dos registros de trabalhadores incapacitados para o trabalho por período determinado ou permanente, entre 2004 e 2007, o trabalho no corte da cana-de-açúcar teria sido responsável por 21 mortes de trabalhadores por exaustão¹⁹.

Nas projeções feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o agronegócio – 2006/07 a 2017/18, segundo a socióloga, o Brasil





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

se transformará no maior produtor de soja do mundo, passando de 40% para 59,4%, exportará 55,6% do total global de 177 milhões de toneladas de açúcar produzidas; sairá da casa dos 17,6 bilhões de litros de etanol para 41,6; produzirá cerca de 64 milhões de toneladas de milhoes, do total mundial de 850 milhões; será líder na exportação de carne bovina, ao lado de Austrália, Argentina e Índia, com um volume de 2,85 milhões de toneladas; e será um país importador de arroz e trigo, já que a produção nacional será inferior ao consumo interno; no caso do leite, a produção será restrita ao abastecimento interno, podendo haver a necessidade de importação²⁰.

Tortura e morte dão um tom sinistro nas nebulosas bases do colonialismo dos tempos globais, intra, inter e transnacional, que fundamentam a integração brasileira à economia-mundo, dando forma ao seu projeto de desenvolvimento capitalista.

E na mesma forma da “mística” da inserção do País nas relações produtivas globais, aparece o colonizador contemporâneo da Amazônia brasileira. Maxine Shorto, artista e antropóloga, expôs o problema da construção de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, empreendimento da empresa Eletronorte, e algumas de suas conseqüências. Segundo a autora, “o impacto que estas construções causariam inclui a construção de rodo-

vias e a remoção da floresta (...) e 20.000 quilômetros quadrados seriam cobertos por água...”, com aproximadamente dez mil índios atingidos²¹.

A justificativa para a construção destas hidrelétricas é a de fornecer mais energia para o estado do Pará e restante do país. O verdadeiro interesse é revelado na aliança entre Muniz, o Presidente da Eletronorte, acionista principal da Eletronorte, e os investidores do projeto, as companhias construtoras lideradas pela Camargo Correa, as empresas de equipamento pesado lideradas pela ABB e Voth Siemens e as companhias que consomem altíssimas quantidades de energia elétrica²².

Com o projeto, os mais afetados seriam os povos Kayapó, que têm protestado desde 1989, quando da apresentação dos primeiros passos desse empreendimento pelo governo da Amazônia, junto dos povos Xavantes, já afastados da área em que viviam, entre o Araguaia e o Rio Tocantins, em razão do avanço do capital.

Estes últimos, diz a antropóloga, já tiveram seus costumes de caça profundamente alterados, já que o caráter nômade de suas tribos tem tido seus movimentos restringidos dentro da reserva. A própria Fundação Nacional do Índio-FUNAI teria contribuído, a partir dos anos de 1970, para a redução da variedade alimentícia presente na dieta dos Xavantes e a inclusão de alimentos industrializados, quando da introdução do projeto de cultivo de arroz mecanizado.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Os graves problemas de saúde que assolam esses povos seriam as manifestações das alterações de sua dieta alimentar.

Além disso, uma prática cultural-religiosa de máxima importância para os Xavantes estaria sofrendo fortes abalos, qual seja, sua capacidade de comunicação com seus ancestrais na esfera do sonho. Maxine Shorto explica que:

Quando os mais velhos Xavantes sonham, eles contam o sonho para toda a aldeia e por algumas semanas a tribo prepara uma encenação sobre o sonho. Hoje, com a introdução de alimentos industrializados e álcool na dieta deles, isto tem interferido na habilidade dos idosos em conectarem-se com a esfera do sonho²³.

Pois o xamanismo praticado pelos Xavantes e também pelos Kayapós, entre outros povos, prossegue a autora, conecta a religião com o mundo animal e da caça. “O Xamã é espiritualmente conectado com os animais selvagens que fornecem comida e roupa”. É, pois, o mediador que através do sacrifício feito em ritual acalma os espíritos. “Para o Xamã, o Universo é concebido como uma força poderosa e incerta, mas também personalizada. Todos os seres vivos (...) possuem vida e alma e interage uns com os outros”. O sonho é, precisamente, o lugar do encontro com o sagrado e com o proibido. “Para obter os benefícios da natureza, frutas, remédios, alucinógenos, os índios precisam observar certas regras de conservação”. Se para o branco capi-

talista, árvore pode vir a ser lucro, para o Xamã, a árvore “... guia (...) [a] visão em direção ao céu, (...) mostrando o eterno sagrado”²⁴.

Interromper a profunda ligação entre os povos indígenas, a natureza e a espiritualidade, trata-se, pois, do caráter mais nefasto da colonização.

Três parágrafos finais.

Mariátegui enfrentou a discussão acerca da luta pela autonomia dos povos, articulando o conceito de colonialismo interno ao conceito de luta de classes e de libertação nacional, colocando “... os povos indígenas no centro da problemática nacional...” e propondo “... uma luta nacional e ibero-americana em que o indo-nacional e o indoamericano inserem-se na realidade da luta de libertação e de classes”²⁵. Nos primeiros anos do século XXI, na América Latina, os povos indígenas re-emergem e articulam a secular resistência praticada em seus territórios com a questão dos direitos. Aproximam-se, assim, dos trabalhadores rurais dos canaviais do interior de São Paulo, que, quanto se integram a movimentos como o MST também praticam a resistência e reivindicam novas condições de trabalho e vida.

Em São Paulo e na Amazônia, para ficarmos em duas experiências, o novo colonialismo inter, intra e transna-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

cional explora e violenta, física e espiritualmente, classes, grupos, povos, sob a égide do agronegócio. E cria, com isso, bases de uma luta comum pela libertação, pela democracia, pela autonomia.

Agora, como indica Pablo G. Casanova, é o "... respeito ao diálogo das crenças, das ideologias, e das filosofias ligado à descolonização da vida cotidiana e dos 'momentos estelares' da comunidade crescente..." que irá esboçar "...uma humanidade organizada"²⁶ por trabalhadores do campo e da cidade, povos distintos, estudantes, intelectuais, partidos políticos, entre outros.



Referências bibliográficas

CACCIA-BAVA, Augusto. *Da rebelião das massas e da resistência* in: OLIVEIRA, Dennis; NOGUEIRA, Silas (orgs.). *Mídia, cultura e violência: leituras do real e da representação da sociedade midiaticizada*. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2009.

CASANOVA, Pablo. G. *Colonialismo interno (uma redefinição)* in: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Concejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

FABRINI, João Edmilson. *Latifúndio e*

agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital in: *Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e Ambiental em Tempos de Progresso Econômico)*, v. 9, n° 1, junho de 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2009.

GALTUNG, Johan. *O Caminho é a meta: Gandhi hoje*. Trad. de Humberto Mariotti, São Paulo: Palas Athenas, 2003.

HINKELAMMERT, Franz. *A globalidade da terra e a estratégia da globalização* in: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Concejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia y Política*, Lima: Amauta, 1969.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho* in: *Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e Ambiental em Tempos de Progresso Econômico)*. v. 9, n° 1., junho de 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2009.

SHORTO, Maxine. *O retorno ao sagrado: aprendendo com os índios* in: *The Ecologist Brasil*, Outono, 2009.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Notas

¹ CACCIA-BAVA, Augusto. Da rebelião das massas e da resistência, 2009, p. 108.

² MARIÁTEGUI, José Carlos. Ideologia y Política, 1969, p. 24.

³ Op. Cit., p. 110.

⁴ Idem, p. 111.

⁵ CASANOVA, Pablo G. Colonialismo interno (uma redefinição), 2009, pp. 399-401.

⁶ Idem, pp. 401-402.

⁷ Ibidem, p. 403.

⁸ Ibid, p. 413.

⁹ GALTUNG, Johan. O Caminho é a Meta: Gandhi hoje, 2003, p. 93.

¹⁰ Idem, p. 94.

¹¹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho, 2008, p. 65-66.

¹² Idem, p. 66-67.

¹³ FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital, 2008, p. 36.

¹⁴ Idem, p. 50.

¹⁵ Ibidem, p. 49.

¹⁶ Cf. www.cptnac.com.br.

¹⁷ HINKELAMMERT, Franz. A globali-

dade da terra e a estratégia da globalização, 2006, p. 360.

¹⁸ Idem, p. 358.

¹⁹ Op. Cit., p. 74-75.

²⁰ Idem, p. 76-77.

²¹ SHORTO, Maxine. O retorno ao sagrado: aprendendo com os índios, 2009, p. 5.

²² Idem, p. 6.

²³ Ibidem.

²⁴ Id Ibidem.

²⁵ Op. Cit, p. 406.

²⁶ Ibidem, p. 416-417.

